

Administração é coisa séria

DF - Brasília

"No atual estágio político-administrativo em que nos encontramos, é sintomático quando com frequência se faz referência a uma legislação ou regulamento administrativo. E é sobre este prisma que hoje se levantam polêmicas questões sobre a vida da cidade relacionadas a um dos instrumentos de controle da administração pública no exercício do seu poder de polícia, no que diz respeito às edificações em Brasília e, em especial, na RA-I. O Código de Edificações de Brasília nada mais é do que um instrumento que restringe, legalmente, o direito de construir, previsto em uma legislação hierarquicamente superior, ou seja, no próprio Código Civil brasileiro. Porém o Código de Edificações por si só não desempenha nenhum papel. É necessário, para sua aplicação, criar e manter pesadas e onerosas estruturas administrativas, conformando-se espaços, criando-se funções, alocando-se recursos humanos, enfim consumindo recursos oriundos da economia popular, muitas vezes penalizando o contribuinte. A legislação urbanística enuncia normas de interesse coletivo tão úteis quanto as regras estruturais da edificações individual, que se refletem na organização dos espaços habitáveis e suas funções. Juntamente com o Código de Edificações, deveriam ser instrumentos poderosos e imprescindíveis do processo de planejamento urbano, porém hoje nada mais são do que um amontoado de leis que não são cumpridas, perdendo assim a razão de sua existência a partir do momento em que desrespeitam o caráter disciplinador (...). O Plano Piloto e áreas imediatamente próximas são hoje celeiros das transgressões ou por desobediência da legislação em vigor ou por omissão associada à ineficiência ou conivência do próprio poder público. Situação herdada em admiráveis momentos outros, cujos fatos alcançam hoje praticamente as raias da irreversibilidade. A verdade, e deixo aqui uma certa apreensão, é que estamos diante de um quadro negro que evidencia de imediato um modelo falido de administração pública. Em contrapartida, hoje a população se posiciona de forma até bastante cômoda, no que diz respeito ao seu envolvimento na gestão urbana, uma vez que, subtraída do seu direito de participação pela força esmagadora do centralismo político-administrativo, exerce o papel de cobrador, exigindo aquilo a que tem direito e lhe foi suprimido. Por outro lado, monta seus próprios mecanismos democráticos de participação comunitária, tentando su-

perar um castramento, uma moldura social imposta, todos nós sabemos por quem e como, obrigando o Governo a criar assessorias, comissões de estudos, novas estruturas administrativas, muitas vezes sem resultados práticos, pelo menos para tentar acompanhar o complexo processo de transformação por que passa a sociedade brasileira. A dialética se estabelece: de um lado a população em processo de organização se posiciona, pressionando a estrutura administrativa, exigindo qualidade na prestação de serviços públicos e solução para os problemas acumulados; de outro lado, os recursos humanos, presentes nesta mesma estrutura administrativa, sendo submetidos a um processo de empobrecimento econômico, cultural e ideológico coletivos. Este fenômeno é resultante de uma ideologia e práticas implantadas planejadamente em nossa administração pública desde os tempos de Cabral. Enquanto tudo isto acontece, Brasília está cheia de casos que são reflexo do comportamento da administração pública. É preciso levantar todos estes casos de forma sistemática e responsabilizar aqueles que estiveram, de alguma forma, com eles relacionados. É preciso colocar em prática uma política de reformulação administrativa; não só planejar Brasília para o terceiro milênio, onde se espera uma população estimada de quatro milhões de pessoas, conforme estimativa da ONU, mas antes de tudo para o agora, porque não dá mais para esperar e de nada adiantará a construção de nossos moinhos, se a população que vivencia o dia-a-dia deles não puder se beneficiar. Poderá ocorrer uma tempestade, quem sabe, e tudo isso vir a ruir. É inconcebível sofrermos a cidade que estamos ajudando a construir, não podemos compactuar com uma gestão do medo, não podemos criar os nossos próprios "Capitães de Areia". Hoje os problemas que nos cercam são maiores do que as perspectivas para sua solução. Em tudo falta planejamento na verdadeira assepsia da palavra (...)" **Antonio Ayres da Silva, coordenador do Movimento Pró-Administração do Cruzeiro.**

Cartas para: Redação do CORREIO BRAZILIENSE, Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 2, Lotes 300/350, CEP 70.610. As cartas poderão ser resumidas, por falta de espaço ou clareza, e deverão ter nome completo, assinatura e endereço que permitam confirmação prévia.

CORREIO BRAZILIENSE

1 JUL 1986